

NEGRITUDE E ETNIA

“Sob o efeito da opinião pública, um juiz havia decretado integração racial nas escolas do Estado. A pequena Judith ia enfim sentar-se num banco de madeira para aprender as coisas que faziam o orgulho dos adultos. Sua mãe ouviu no noticiário matinal que o mundo inteiro prestava atenção nos Estados Unidos, no Texas, naquela modesta escola de Dallas, na sua pequena Judith, mas foi com serenidade que lhe preparou a lancheira e os cadernos. Um irmão acompanhou Judith até perto.

Não foi comum seu primeiro dia de aula. Nenhuma criança branca comparecera, de forma que a professora, sem saber onde pôr as mãos, ensinou tudo sozinha para ela – e, na verdade, para centenas de soldados que do lado de fora garantiam sua integridade. Ao comer a merenda, Judith continuava só. Meio dia, quando guardou seus pertences para voltar para a casa, já não se sentia nada contente. As duas fileiras de soldados faziam um corredor para ela passar. Por detrás deles apareceram, então, centenas de carinhas brancas – xingando, vaiando, cuspidando. Havia adultos, também, mas Judith não quis olhar ninguém. Seus passos eram firmes, até onde uma garota de sete anos pode andar assim. O coro a perseguiu até à praça, em frente à escola.

A pequena Judith sentou-se, então, num banco de pedra e abaixou o rosto. Um homem branco veio na sua direção – os soldados, por um instante, chegaram a pensar numa agressão. Ele pôs a mão no seu ombro, de leve, e segredou: ‘Judith, não deixe eles verem que você está chorando’”.

Na história de Judith, contada por Joel Rufino dos Santos, ocorrida nos anos 60 do século passado, podemos perceber como a cor da pele, a forma do nariz, os contornos da boca e o contorno do corpo indicam uma sentença pré-estabelecida para a vida. Nesses elementos estariam já fixados seu lugar social, sua condição econômica, seus direitos e deveres, aliás, seus não direitos e seus muitos deveres. Assim, cor, raça, exclusão e rejeição são conceitos que se misturam por vezes. Como se a cor da pele apontasse para uma raça superior ou inferior. Essa ideia fornece a base para o racismo.

“Black is beautiful”. Essa frase em inglês sinaliza para a valorização da cor da pele negra, como um emblema, um símbolo para a valorização da cultura africana e de seus descendentes na grande diáspora para a qual foram remetidos nos séculos das colonizações. A expressão também indica que há outros valores além da estética branca, de classe média, do contorno europeu e estadunidense. O início oficial do movimento de valorização da negritude é o ano de 1933, quando três estudantes em Paris (Aimé Césaire, da Martinica, Léon-Gontran Damas, da República Francesa e Léopold Sédar Senghor, do Senegal) editam o jornal “L’Étudiant noir”. O uso da palavra “negritude” coube ao estudante Aimé Césaire:

... Como os antilhanos tinham vergonha de ser negros, procuravam todos os tipos de perífrases para designar um negro. Dizia-se "um negro", "um homem amorenado" e outras besteiras como essas... e então nós tomamos a palavra negro como uma palavra desafio. Era um termo de desafio. Era um pouco a reação de um jovem em cólera. Já que tínhamos vergonha da palavra negro, retomamos a palavra negro. Devo dizer que quando fundamos *L’Étudiant noir*, eu queria chamá-lo, na realidade, *L’Étudiant nègre*, mas houve uma grande resistência no meio antilhano... Alguns pensavam que a palavra "*nègre*" era por demais ofensiva, por demais agressiva. Então tomei a liberdade de falar de negritude. Havia um desejo de desafio, de afirmação violenta de nós mesmos na palavra "*nègre*" e na palavra *negritude*. (CÉSAIRE apud DEPESTRE, 1980, p.32)

O termo negritude consolidou um movimento de reafirmação dos negros de sua identidade afro, combate à concepção eurocêntrica de mundo, tendo também uma finalidade política: levar negros e negras a saírem da posição de assujeitamento com a qual precisaram conviver durante os longos anos da escravidão (que teve início no século XV e cujos traços podiam ser percebidos até o século XIX) e da assimilação da cultura branca como se fosse a sua e assumissem a postura de emancipação ou, usando uma expressão pertinente, serem empoderados e assumirem sua condição de afro-descendente. Um afro-descendente não somente ostenta uma aparência negra: canta, dança, celebra, vive e cultua conforme a tradição dos afro-descendentes.

Também chamado de renascimento negro, o movimento encontra nos Estados Unidos expressões musicais como o jazz, o blues, o negro spiritual. No Brasil, a primeira iniciativa de valorização da cultura

negra coube a Francisco Solano Trindade, poeta, cineasta, pintor, ator, crítico teatral. Nascido em 1908 em Recife, fundou em 1936 o Centro Cultural Afro-Brasileiro e a Frente Negra Pernambucana. Ele defendia que os negros e negras brasileiros deveriam assumir sua identidade e lutar contra a discriminação.

No entanto, não foi ele o primeiro negro a marcar seu nome na história nacional. Temos Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, como símbolo de resistência contra a escravidão no século XVII. Por mais de 15 anos liderou o Quilombo, até ser assassinado em 20 de Novembro de 1695. Para homenageá-lo, celebra-se no dia de sua morte, o Dia da Consciência Negra.

Quando se menciona o termo negritude, muitos o associam à superioridade de uma raça sobre outra ou à valorização de uma raça em detrimento de outra, o que é um pensamento equivocado. Fechar a questão da cultura e tradição afro-descendente em torno do conceito de raça pode ser complicado. Afinal, o conceito raça é problemático, se o analisarmos com mais cuidado. De acordo com o escritor moçambicano Mia Couto, "Cada homem é uma raça". O que isso significa? Conforme André Lalande, em seu *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*, um dos sentidos da palavra raça é

grupo de indivíduos, de menor extensão do que a variedade, nos quais se perpetua, pela hereditariedade e independentemente da ação do meio, um conjunto de características biológicas, psicológicas ou sociais que os distingue dos indivíduos pertencentes a outros grupos próximos" (LALANDE, 1999, p. 908).

Percebemos, portanto, que os termos raça branca, amarela, vermelha ou negra são inadequados porque pressupõem uniformidades, o que é impossibilidade. E a expressão racismo deriva desse conceito inadequado: "Na imensidão do genoma humano, os aspectos físicos geralmente usados para classificar as raças não representam nada. Do ponto de vista genético, pode haver mais diferenças entre dois africanos do que entre um deles e um europeu nórdico" (SCHELP, 2009, p.90).

O racismo surge de uma dupla necessidade: defender-se e se justificar uma agressão. A política de separação ou segregação tem, portanto, a finalidade supostamente "protetora", livrar-se dos "maus" ou dos diferentes e aproximar-se dos "bons" ou dos iguais. Assim, se há raças boas e raças ruins, quanto mais pessoas nascerem na "raça boa", maior será o desenvolvimento de um povo. Essa foi uma idéia defendida por alguns estudiosos no início do século XX, inclusive no Brasil. Nota-se, portanto, uma relação próxima entre eugenia, ou purificação da raça, e capitalismo.

A defesa da raça pura sustentou o nazismo e vários outros movimentos ao longo dos anos. Geneticistas mostram como a defesa de pureza racial não se sustenta: se somos formados por mais de 25 mil genes e apenas 30 deles são responsáveis pelos traços fisiológicos que muitos consideram como determinantes de raça, como cor do cabelo, da pele, dos olhos, formato do nariz ou da boca, não se pode falar em divisão racial ou em raça única. (PENA apud SCHELP, 2009, p.90).

Quanto à relação entre purificação da raça e capitalismo, o escritor haitiano René Depestre a exemplifica bem na citação a seguir:

Como o dinheiro, a cor da pele adquiriu o valor de um símbolo abstrato todo - poderoso a *cor branca* torna-se símbolo universal da riqueza, do poder político, da beleza, do bem-estar social, atributo hereditário do feliz "milagre greco-latino"; a *cor negra*, símbolo do desprovemento, da impotência política, da feiúra física e moral, atributo congênito da "barbárie e do primitivismo africanos". (DEPESTRE, 1980)

Além do racismo explícito, há também o racismo sutil que assume muitas formas como: racismo aversivo (desconforto e medo de pessoas de determinada cor ou grupo), racismo ambivalente (expressão exagerada de sentimentos diante de pessoas de determinado grupo) e racismo cordial (cortesia com pessoas negras, por exemplo, e brincadeiras sobre sua cor da pele).

O racismo sustenta o preconceito e este promove a restrição da liberdade e da desigualdade, alimenta a injustiça e é transmitido basicamente pela educação. São geradores do preconceito: ignorância, educação domesticadora, egoísmo, intolerância e medo.

Preconceito e discriminação são termos diferentes. O segundo decorre do primeiro e se refere à construção de ações para manter as características do grupo privilegiado. A discriminação se instala em posturas seletivas e de exclusão e pode ser promovida tanto por pessoas, quanto por instituições, ao passo que o preconceito é sustentado por pessoas.

Nos estudos de José Tiago Reis Filho, ele observou que pessoas negras enfrentam três tipos de discriminação: ocupacional (dificuldades de emprego), salarial (salários menores do que os não negros) e pela imagem (a exigência de boa aparência associada à cor da pele branca).

No entanto, percebem-se movimentos de recusa ao preconceito e à discriminação por parte de afro-descendentes que se instaura no que René Depreste denominou de marronagem, além da educação contra o preconceito.

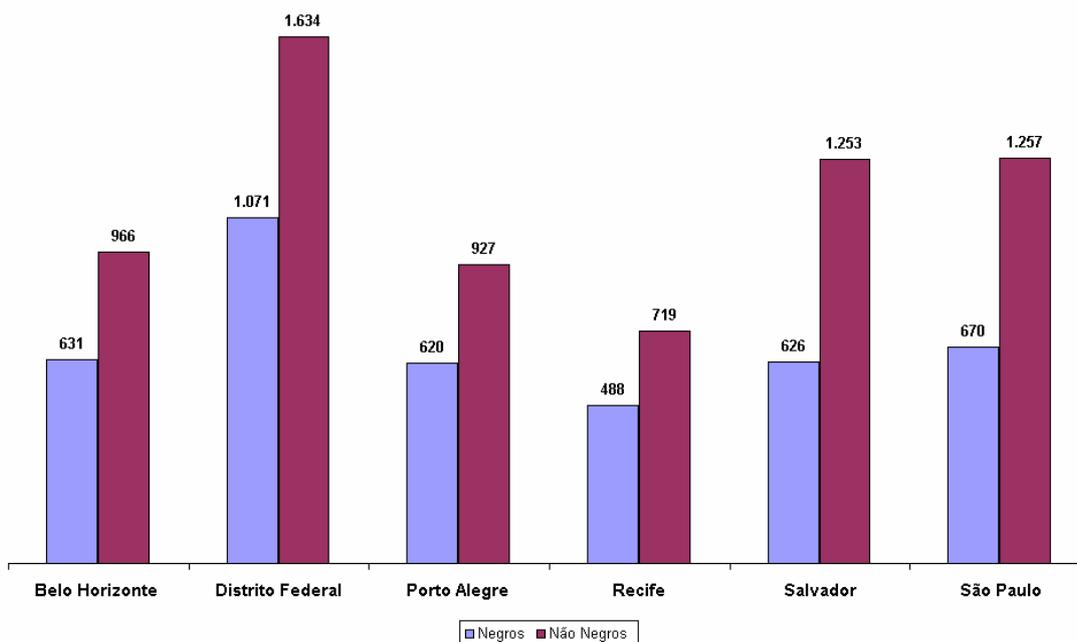
A “marronagem” ou a reação às opressões social e racial se deu e ainda se dá pela participação em revoltas armadas e por marcas na sociedade através da música, da dança, da culinária, da literatura, da vida familiar, da fala. Um dos exemplos de participação de negros em revoltas armadas no Brasil foi a revolta da Chibata em 1910, quando marinheiros se rebelaram sobre o comando de José Cândido, o almirante negro, contra os castigos físicos e as humilhações.

A marronagem pode também ser pacífica, em que a vitória sobre a exclusão da cultura negra ou afro-descendente se dá pela ocupação de espaços artísticos e estéticos, demonstrando sua beleza e poder de transformação. Na música, vemos cantores, cantoras e compositores negros trazendo novos ritmos e se destacando nos cenários nacional e internacional. Na dança, nos esportes, a presença de pessoas negras também é notável. A marronagem pode ser percebida através da influência da cultura negra na religião, seja na manutenção dos rituais afro, seja nas religiões cristãs católica e protestante.

O Brasil possui, conforme dados do último Censo, cerca de 53% de pessoas se automeando brancas e 46% de pessoas que se automearam negras ou pardas. Embora tenha havido reação às opressões, a diferença entre pessoas de cor branca e de cor negra quanto à escolaridade, empregabilidade e nível salarial ainda é grande.

Quanto ao trabalho exercido pelos dois grupos, a população branca trabalha mais na indústria, no comércio, na administração pública e na área social, ao passo que a população negra trabalha nos ramos agrícola, construção civil e prestação de serviços, onde os salários tendem a ser menores. A situação da mulher negra no quesito salário é ainda mais preocupante: esta recebe salários ainda menores do que negros e não negros.

Rendimento médio real mensal dos negros e não-negros, segundo sexo **Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2004/2005** (em R\$ de agosto de 2005)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

b) Índices utilizados: IPCA-BH/IPEA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICVDIEESE/SP.

c) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

d) Dados apurados entre janeiro de 2004 e setembro de 2005.

Conforme dados do Instituto Ethos, em 2003 havia 8,8% de negros e negras como gerentes de grandes empresas no país; em 2007 a porcentagem subiu para 17%, o que ainda é uma participação bem pequena.

Quanto à escolaridade, em cada 100 pessoas negras que ingressaram no ensino superior, apenas sete o concluem (SALGADO, 2009, p. 94).

No Brasil, foi criada em 2003 a Secretaria Especial de políticas de promoção da igualdade racial (http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/). Entre as várias atividades dessa Secretaria estão: a promoção da igualdade e proteção dos direitos de pessoas e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e intolerância, estímulo a programas que promovam a igualdade e combatam a discriminação racial ou étnica. Um dos programas dessa Secretaria é o programa “A cor da cultura”. Esse programa busca valorizar a cultura afro-brasileira através de atividades audiovisuais e se apóia na lei 10.639/03 que estabelece o ensino da história do continente africano e de personagens negros nas escolas brasileiros.

Além do ensino sobre a cultura afro-brasileira, outra estratégia para promover a igualdade e possibilitar acesso de afro-descendentes às universidades públicas brasileiras é a política de cotas para negros. Essa política de cotas para afrodescendentes em universidades públicas agrega tanto opiniões favoráveis como contrárias. As principais críticas apontam para o reforço ao racismo e a dificuldade de critérios para se definir quem é ou não negro, uma vez que 87% dos brasileiros e brasileiras têm no mínimo 10% de ancestralidade negra, conforme pesquisa realizada pelo geneticista Sérgio Pena, além de ter o risco de se transformar em uma forma de racismo de massas, no dizer do sociólogo Demétrio Magnoli (Cf. SCHELP, 2009). A mestiçagem, uma das características brasileiras, também é outro elemento que dificulta o estabelecimento de uma identidade racial pura e o estabelecimento de critérios raciais para a política de cotas.

As opiniões favoráveis, por sua vez, destacam que a política de cotas é uma política de afirmação, ou seja, por detectar que há discriminação em qualquer nível, há um conjunto de ações para afirmar a inclusão ostensivamente. Esse tipo de política, no entanto, precisa ter vida curta para cumprir seus objetivos. De forma concreta, a atual política afirmativa sobre a questão da raça e da exclusão dos afrodescendentes contribui para a inclusão, na medida em que facilita o acesso à universidade pública a quem não poderia pagar por elas e, desse grupo, a maioria é formada pela população negra.

O Estatuto da Igualdade Racial (PG 6264/2005) aprovado por unanimidade na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 09 de Setembro de 2009 é outro instrumento para promover a igualdade racial. Encaminhado para o Senado Federal, foi sancionado pelo presidente Lula em 20 julho de 2010: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

REFERÊNCIAS

CAMINO, Leoncio et al. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. Psicologia política, Belo Horizonte, n. 1, v. 1, p. 13-36, jan/ jun. 2001. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/ver_volume.php?cod=42>. Acesso em 20 ago 2009.

DEPESTRE, René. Bom dia e adeus à negritude. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/depestre.pdf>> Acesso em 30 ago 2009.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, v.14, n.1, jan./ jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 ago. 2009

LALANDE, André. Vocabulário técnico e crítico da Filosofia. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LERNER, Júlio. O preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997.

REIS FILHO, José Tiago dos. Negritude e sofrimento psíquico: uma leitura psicanalítica. 2005. 142f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SCHELP, Diogo. Queremos dividir o Brasil como na foto? *Veja*, São Paulo, ano 42, n.35, p.88-93, 02 set. 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é o racismo. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense,. Coleção Primeiros Passos. v. 8. 1984.

SALGADO, Raquel. Ascensão sem cota. *Revista Veja*, São Paulo, ano 42, n.35, p.94, 02 set. 2009.

SARTRE, Jean Paul. Reflexões sobre o racismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.